



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1856448 - PE (2020/0004280-0)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : EMPREITEIRA LIMBAT LTDA
ADVOGADO : ROSEANE BATISTA SILVA BRÁZ - PE025009
RECORRIDO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : DANIELA LEMOS NEUESCHWANDER - PE019387

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Ação de cobrança de indenização securitária.
2. Rejeitam-se os embargos de declaração quando ausente omissão, contradição, obscuridade ou erro material a ser sanado.
3. Embargos de declaração rejeitados.

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por EMPREITEIRA LIMBAT LTDA contra decisão unipessoal que não conheceu do recurso especial que interpusera.

Alega omissão e obscuridade no julgado embargado. Aduz, em síntese, que, ao revés do firmado na decisão recorrida, houve negativa de prestação jurisdicional por parte do Tribunal de origem. Sustenta, outrossim, que os dispositivos indicados como violados foram devidamente prequestionados. Alega, ainda ser possível o exame, por este Superior Tribunal de Justiça, de artigos constitucionais quando violados de forma reflexa e versarem sobre temas afetos à legislação infracionalstitucional

Relatado o processo, decide-se.

Com efeito, a questão suscitada pelo embargante não constitui ponto omissivo, contraditório ou obscuro do julgado, mas mero inconformismo com os fundamentos adotados pela decisão recorrida.

Na verdade, revela-se nítida a pretensão dos embargantes de valer-se dos embargos de declaração para rediscutir matéria já decidida, fazendo com que prevaleça o seu entendimento sobre o tema, intuito esse incompatível com a natureza deste

recurso.

Dissociado, o pleito, de qualquer um dos pressupostos de oposição dos embargos de declaração, desautorizada está a pretensão declinada, impondo-se, então, a sua rejeição.

Forte nessas razões, REJEITO os embargos de declaração.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora